

**ATA N.º 25/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA**  
**NO DIA TRINTA E UM DE OUTUBRO DE**  
**DOIS MIL E DEZANOVE.**

----- Ao trigésimo primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões da Câmara Municipal, compareceram os excelentíssimos Senhores:-----

----- Presidente: José Luís Gaspar Jorge, e-----

----- Vereadores: Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, António Manuel Pinto Ribeiro, Lucinda Silva Fonseca Moreira, Raimundo de Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Nuno Miguel de Sousa Queirós, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista.-----

----- Faltou o Senhor Vereador André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães, por estar presente numa reunião da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS).---

----- Secretariou o Senhor Chefe da Divisão de Serviços Jurídicos e Fiscalização, José António Rodrigues Gonçalves.-----

----- Quando eram dez horas, o Exmo. Senhor Presidente deu início aos trabalhos.-----

----- A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria referente ao dia 30 de outubro de 2019.-----

----- ***PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA*** -----

----- O Senhor Presidente deu conhecimento que foi disponibilizado na plataforma informática, a 14.ª e a 15.ª Modificações aos Documentos Previsionais do Ano de 2019.

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente solicitou esclarecimentos sobre o reforço no montante de 757.750,00€ para a aquisição de terrenos e de 825.850,00€ em empréstimos a médio e longo prazos, inscritos na 15.ª Modificação aos Documentos Previsionais do Ano de 2019.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que o montante dos empréstimos diz respeito à incorporação dessa receita, após receção do Visto Prévio do Tribunal de Contas e consequentemente, a aquisição de terrenos para afetação a finalidade pública na União

das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), aquisição de prédio rústico sito no lugar de Searas, em Telões, aquisição de terreno para a nova área de acolhimento empresarial da Aboadela e aquisição da habitação do Senhor Arcebispo Emérito de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, assuntos que foram agendados para a próxima reunião camarária.-----

----- O Senhor Vereador Nuno Queirós alertou para a fraca visibilidade na saída do parque de estacionamento do Estádio Municipal de Amarante e, sugeriu a colocação de um espelho no local.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO** – Deliberação n.º 529/2019 – **Orçamento Municipal para o ano financeiro de 2020** – Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara – (Registo n.º 8862/2019/10/28).-----

“I

Dispõe o artigo 33.º, n.º 1, al. c), Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/9, que compete à Câmara, em termos materiais, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as opções do plano e a proposta de orçamento para o ano financeiro de 2020.

II

Esta proposta de (OM) cumpre as disposições nucleares, em termos de regras orçamentais, a que aludem os artigos 40.º a 43.º e 45.º a 46.º, da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3/9, na sua redação atual), exceção feita ao artigo 44.º (Quadro Plurianual Municipal) devida à ausência de regulamentação, seguindo-se no mais quanto a este as orientações preconizadas pela ANMP.

Nesta conformidade, remetem-se à Exma. Câmara os seguintes documentos instrutórios da proposta:

- a) Relatório.
- b) Articulado das Normas de Execução Orçamental.
- c) Mapas das receitas e despesas.

d) Plano Plurianual de Investimento.

e) Grandes Opções do Plano.

f) PAM.

g) Mapa de Pessoal - 2020.

### III

Nos termos do artigo n.º 50, da Lei n.º 73/2013, de 3/9, os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

Sem prejuízo do disposto no n.º 5, do artigo nº 49, da mesma lei, a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento.

Propor que a Câmara delibere: Nos termos do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, daquele Regime Jurídico: - Autorize a Câmara Municipal, em 2020, a contrair um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 1.000.000,00 de euros de utilização, em conformidade com as consultas a efetuar à banca se se verificar necessário.

E, por fim, propõe-se que o Órgão Executivo delibere aprovar submeter ao Órgão Deliberativo a proposta de orçamento para o ano financeiro de 2020, grandes opções do plano, mapa de pessoal para o exercício financeiro de 2020, articulado das Normas de Execução Orçamental, Plano Plurianual de Investimento, PAM e demais elementos instrutórios.

Paços do Município de Amarante, 28 de outubro de 2019.

*O Presidente da Câmara,*

*José Luís Gaspar Jorge”*

----- O Senhor Presidente referiu que no Mapa das Entidades Participadas, na entidade Associação de Municípios do Baixo Tâmega, onde se lê “25,00%”, deve ler-se “20,00%”.-----

----- A Senhora Vereadora Lucinda Fonseca disse que, por lapso, no Mapa de Pessoal para 2020, na DEJD, constam 57 lugares para Técnicos de Inglês, Atividade Física e Desportiva e Atividade Lúdico-Expressiva, na modalidade de CTTI, quando deverão ser considerados CTTD, tal como, no total geral, onde constam 585 em CTTI e 1 em CTTD, deverão constar 528 em CTTI e 58 em CTTD.-----

----- O Senhor Presidente explanou a sua proposta e salientou a incerteza sobre o montante das receitas, face à não aprovação do Orçamento de Estado para 2020. Explicou ainda, quais os imperativos legais, que implicam o aumento da taxa de resíduos sólidos. Referiu ser o Orçamento Municipal mais elevado dos últimos anos, porque engloba o montante de 18.000.000€, resultante dos quadros comunitários aprovados. Demonstrou alguma preocupação com a descentralização das competências da administração central para a administração local, e que não é acompanhada do respetivo envelope financeiro.-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente manifestou o seu descontentamento pelo envio tardio de um documento de tal grandeza e importância, que ao contrário do habitual, os Senhores Vereadores do Partido Socialista não tiveram o fim-de-semana para poderem analisar os documentos. Relembrou que no ano anterior o Senhor Presidente manifestou abertura para enviar o documento com um período mínimo de uma semana, o que se verificou. A Senhora Vereadora Octávia Clemente solicitou esclarecimentos sobre: os processos 407/10.5 BEPNF e 392/13.1BEPNF referidos nas “Responsabilidades Contingentes”; receitas correntes – código 05.10.99 – “Outros” no montante de 1.491.188,42€; orçamento da receita – 07.02.05 – “Atividades de Saúde” – 589.200,00€.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que os 407/10.5 BEPNF e 392/13.1BEPNF ainda correm termos nos tribunais; as receitas correntes – código 05.10.99 – “Outros” no



montante de 1.491.188,42€, dizem respeito a rendas da EDP; sobre as “Atividades de Saúde” no valor de 589.200,00€, dizem respeito às Termas de Amarante.-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente disse que conforme os Senhores Vereadores do Partido Socialista referiram no ano transato, defendem que a elaboração do orçamento municipal carece de uma maior participação de todos os eleitos e salvaguardou que os Senhores Vereadores do Partido Socialista foram eleitos democraticamente, à semelhança dos eleitos pela Coligação Afirmar Amarante PSD/CDS. A Senhora Vereadora Octávia Clemente referiu ainda: – “Os eleitos do Partido Socialista não têm participação rigorosamente nenhuma, e de alguma forma, de ano para ano, tem tido cada vez menos participação dos Presidentes das Juntas de Freguesia. Não podemos deixar de recordar que, ainda há pouco tempo atrás, na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente referiu que o diálogo era constante e permanente com os Senhores Presidentes de Junta, e a informação de que dispomos, é que afinal, o Senhor Presidente não reuniu com os Senhores Presidentes de Junta, previamente à apresentação deste orçamento, e ter-lhes-á enviado um *email* a 26.10.2019, a solicitar a validação dos compromissos que haviam sido identificados em 2017, o que obviamente, merece o nosso total repúdio, pela forma de tratar e lidar com esta questão, e de não tão pouco, ouvir os Senhores Presidentes de Junta. Ainda a propósito desta questão, na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente referiu que se algum Presidente de Junta quisesse, estaria disponível para celebrar os protocolos, mas que ninguém, até ao momento, manifestou esse interesse.”-----

----- O Senhor Presidente respondeu estarem abertas rúbricas para esse efeito.-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente mencionou que estão abertas muitas rúbricas com montantes de 50€, que dão para muita coisa e não dão para nada.-----

----- O Senhor Presidente aceitou a crítica, disse existir um diálogo constante e que possui uma estrutura para o efeito, que acompanha e monitoriza, todos os dias e a qualquer hora. Acrescentou que não existem reuniões privadas entre os Senhores Presidentes de Junta e o Senhor Presidente da Câmara. Salvaguardou que, reúne com os Senhores Presidentes de Junta sempre que há um assunto fora do normal.-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente frisou que pela primeira vez, este foi o ano em que essa reunião não se realizou, mesmo que seja apenas para lhes dar conhecimento.-----

----- O Senhor Presidente respondeu que quando reuniu com os Senhores Presidentes de Junta, ficou acordado qual seria o procedimento a adotar pelo Município no segundo biénio. No seguimento da última Assembleia Municipal, reiterou a vontade de alterar o procedimento, caso os Senhores Presidentes de Junta manifestassem essa intenção. O Senhor Presidente salientou que, a opinião deles é consensual Eventualmente, poderá haver um ou outro que discorde.-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente disse: – “Apenas tive oportunidade de falar com alguns dos Senhores Presidentes de Junta, eleitos pelo Partido Socialista, mas de acordo com o que se tem ouvido nas últimas assembleias municipais, um de nós está errado. O Senhor Presidente diz existir um diálogo constante e frequente, daí que tenha colocado aqui algumas obras que já foram realizadas pelas Juntas de Freguesia.”-----

----- O Senhor Presidente respondeu: – “Em todas as famílias, há sempre um que discorda”.-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente disse: – “Pense quais foram as obras que o Senhor Presidente fez nessa freguesia, estamos a falar da minha freguesia.”-----

----- O Senhor Presidente respondeu: – “Essa freguesia em questão, que respeito muito, é muito importante para o Município de Amarante, como todas as outras, obviamente. Num diálogo é importante que ambas as partes procurem o consenso, para que as obras se concretizem. Há uma freguesia que não fala com ninguém, e aí, não temos o direito de adivinhar.”-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente perguntou qual a freguesia a que o Senhor Presidente se refere.-----

----- O Senhor Presidente respondeu: – “Estava a falar da Junta de Freguesia de Lufrei.

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente disse: – “Não é apenas a freguesia de Lufrei que reclama pelos protocolos, mas certamente o Senhor Presidente da Câmara possui essa informação, sobre o diálogo permanente, que alega existir com os Senhores Presidentes de Junta eleitos. De qualquer forma, o modelo adotado, não é o defendido pelos eleitos do Partido Socialista. Isto quanto à forma e à sua apresentação. Quanto ao orçamento propriamente dito, é um facto que este orçamento é um bocadinho diferente dos demais, no que respeita à receita expectável de mais de 50.000.000,00€. Naturalmente, quase todos eles com recurso a fundos comunitários e a empréstimos. A

verdade é que já no último orçamento, sendo certo que apresentou candidaturas de 24.000.000,00€ (Portugal 2020, PARU, PAMUS, Norte 2020, POSEUR), mas de facto, apenas recebeu 334 mil euros, conforme consta dos documentos de prestação de contas aprovados em abril, vieram a dar-nos razão já que as receitas cobradas atingiram apenas os 30 milhões. Parece-nos difícil que o Município consiga executar 11.500.000,00€ em fundos comunitários durante um ano. Ficávamos todos satisfeitos que isto fosse uma realidade. Não podemos deixar de referir o recurso constante a empréstimos de médio e longo prazos. Bem sabemos que é uma fonte de financiamento necessária e, em algumas circunstâncias, imprescindível para a realização de determinados investimentos, que o Município não tem capacidade, por si só para as realizar. O que não aceitamos, e não acolhe o nosso apoio, é recorrer-se a fontes de financiamento a 100%, ou seja, não há um único cêntimo de receitas próprias, tudo é com recurso a fundos comunitários e a empréstimos. No início da sua apresentação, o Senhor Presidente demonstrou a sua preocupação quanto ao futuro, da vida dos munícipes para além dos quadros comunitários. Não vemos essa sua preocupação refletida nestes documentos. O Senhor Presidente pretende aproveitar tudo o que são fundos comunitários, e bem, numa perspetiva. Embora pudessem existir algumas prioridades, uma vez que estamos a tratar de canalizar todo o nosso esforço financeiro para estes investimentos, e de alguma forma, pelo menos em termos de coesão territorial, alguma coisa fica para trás. Porque os investimentos mais pequenos, em recuperação de estradas, entre outros, ficam prejudicados, em alguns dos quais, são urgentes e prementes as suas intervenções. Essa sua preocupação não fica refletida nestes documentos. As despesas correntes continuam a aumentar exponencialmente, continua a aumentar as despesas com pessoal e isso são encargos que se manterão para o futuro. Em termos de empréstimos, atualmente temos contratualizados 29.152.573,57€, dos quais já estão utilizados 20.779.414,68€, por isso, leva-nos a questionar, além da preocupação com o futuro, apesar de haver períodos de carência e taxas de juro competitivas, etc.. Há um momento em que teremos de pagar isto tudo e começamos a ter sérias dúvidas sobre a capacidade do Município para os assumir. A questão que lhe colocamos é se o recurso a estes novos empréstimos cumpre o limite do endividamento? E se o Município terá condições financeiras para os assumir? Convém ainda registar de forma negativa, o recurso a mais um empréstimo de curto prazo no montante de 1.000.000,00€, sendo certo que, não percebi se o empréstimo anterior já está completamente liquidado. Essa informação não constava do



último relatório que nos foi fornecido, porque ainda só tinha sido utilizado praticamente metade. Sobre a questão das taxas que constam do orçamento, percebemos pela apresentação do Senhor Presidente, o motivo pelo qual haverá um aumento da taxa de resíduos sólidos. Este orçamento prevê ainda, lado a lado com os aumentos dos impostos ou da receita dos impostos, o lançamento da derrama, com a qual não concordamos, com a não devolução de IRS e com a eliminação da cláusula do IMI familiar. Prevêem-se ainda que sejam lançadas duas novas taxas, embora os montantes sejam irrisórios, a verdade é que está nos horizontes: taxa turística e taxa de gestão de resíduos, sobre as quais não há qualquer informação ou esclarecimento, são uma novidade. Não sei até, se não será um contrassenso lançar a taxa turística, faz-me lembrar o lançamento da derrama, para atrair investidores. Neste caso, vamos lançar a taxa turística para atrair turistas. No que respeita ao orçamento da despesa, as despesas correntes atingem o montante de 26.189.000,00€, sendo certo que tal implica um aumento de quase 3.000.000,00€, quando comparado com as contas apreciadas em abril deste ano. Verifica-se o aumento exponencial de quase 2.000.000,00€ nas despesas com pessoal. Sobre os gastos de iluminação pública, apesar do objetivo ser a sua redução, na verdade aumentaram de 1.200.000,00€ para 1.400.000,00€. No que respeita ao compromisso do Município terminar com o trabalho precário, o que justificou o programa de regularização dos precários, a verdade é que se verifica um aumento de 2.000.000,00€ nas despesas com pessoal, a verdade é que se continua a recorrer frequentemente a contratos a termo, a contratos emprego com IEFP e avenças. Já era tempo de estabilizar. Mais à frente, tínhamos o registado positivamente a intenção do Município em dar estabilidade aos professores das AEC's, embora admitindo que o número fosse exagerado. Bem sei, que a responsabilidade não é exclusiva do Município. Aliás, bem sei que este assunto está interligado com a delegação de competências que temos vindo a falar, e que é uma preocupação, quer do Partido Socialista, quer da Coligação Afirmar Amarante. Enquanto socialistas, defendemos a estabilidade e uma melhor integração dos jovens no mercado de trabalho, em especial nesta área. Até porque, de alguma forma, poderiam ser aproveitados no desenvolvimento de outras atividades ou programas culturais e desportivos desenvolvidos pelo Município.”-----

----- A Senhora Vereadora Lucinda Fonseca questionou se o Senhor Ministro da Educação é do Partido Socialista.-----



----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente respondeu que o Senhor Ministro da Educação é do Partido Socialista e afirmou: – “O Município continua insistir a gastar 2.294.000,00€ em trabalhos especializados, a que crescem mais 300.000,00€ em estudos e projetos e mais 300.000,00€ em assistência técnica. Enquanto que as despesas de capital, apesar de aumentarem exponencialmente relativamente ao ano anterior, o que é expectável, tendo em conta o próprio orçamento, a verdade é que ficam abaixo das despesas correntes. Convém referir mais uma vez, que tem sido uma constante ao longo deste mandato e os Vereadores do Partido Socialista têm alertado para a necessidade de criar um regulamento de apoio ao movimento associativo, à semelhança do existente para o movimento desportivo, pois a verba é superior àquela que se pretende atribuir às juntas de freguesia. Relativamente às GOP’s, registamos a intenção de agradar a tudo e a todos, com a criação de rúbricas, que fazem entender ser possível a realização de todas essas intenções, a verdade é que se trata de uma miragem. Primeiro, porque os serviços deverão estar canalizados para as prioridades que o Senhor Presidente define, e conseqüentemente, dar apoio a muitas intervenções. Segundo, porque humanamente será impossível realizar todas essas intenções aí plasmadas. De qualquer das formas, registamos e não vislumbramos o necessário e urgente investimento em segurança e intervenção na rede rodoviária municipal, alguma a necessitar de urgentes intervenções: intervenção na EN 15 desde a Ponte Pego até aos Armazéns, e desde a rotunda da Vinha até Padronelo. Não podemos deixar de lamentar ainda, o continuo adiamento de uma obra que consideramos urgente, a Estrada Municipal 754 que liga Vila Chã de Baixo a Vila Chã de Cima. Sobre as grandes obras e apesar de terem rúbricas abertas, depois muitas intenções, não é expectável que durante o ano de 2020, seja vista luz ao fundo do túnel, nomeadamente, Parque da Cidade, Ponte Pedonal, Alameda Teixeira de Pascoaes, Pavilhão Multiusos, novas Piscinas de Amarante, Pavilhão Municipal em Vila Meã, e sobre este último, apesar da rúbrica aberta e definida, tão pouco temos informação sobre a sua localização ou qual o seu projeto a realizar. Continuamos a verificar a existência de rúbricas “Outras” e “Outros” com quantias avultadas. Relativamente ao MIMO, conta com uma verba de cerca de 400.000,00€, e apesar do Senhor Chefe de Gabinete ter-nos informado que nos seria disponibilizado na plataforma informática os documentos solicitados, a verdade é que gostávamos que isso fosse concretizado, para que, pudéssemos confirmar se estes valores são uma realidade. Por último, os registos positivos que fizemos sobre a

construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Amadeo Souza-Cardoso, infelizmente, passados estes dois anos a registar positivamente, ainda hoje continua por executar. Sobre as áreas de empreendimento, e localização das áreas de acolhimento empresarial, volvidos mais de seis anos sobre este mandato, o Município ainda não teve capacidade para realizar, nem para criar, tão pouco comprar terrenos para instalação da área empresarial. Estes são os reparos mais urgentes, que entendemos mais importantes para registo, sem prejuízo de outra análise que poderia ser feita. Relativamente ao Mapa de Pessoal, retiramos a parte das AEC's. Não vislumbramos a necessidade de contratar mais um arquiteto, um engenheiro e um economista/gestor/gestão industrial. No que respeita à criação dos postos de trabalho para cantoneiros, jardineiros, serviços de recolha, etc., bem sabemos das dificuldades dos Serviços, a trabalhar de forma deficitária, quase em rutura e, é pública a necessidade desse reforço.”-----

----- O Senhor Presidente respondeu: – “Os pedidos de esclarecimentos são afirmações que deturpam a bondade deste documento, são opiniões que politicamente estão erradas. Dá a ideia que nunca esteve na política, porque não percebe que na última década, houve uma redução clara das transferências da administração central para a local, tanto é, que no início da minha intervenção disse que nestes três anos, estão a repor muito daquilo que nos retiraram no passado, ainda do tempo de vigência em que a Câmara era governada pelo Partido Socialista, em que foram congeladas as progressões nas carreiras e se efetuaram cortes nos vencimentos, quer para os trabalhadores, quer para os políticos, neste último, ainda não foram repostos. Como bem sabem, no ano passado, as carreiras dos trabalhadores foram descongeladas, e foram integrados os trabalhadores que se encontravam em situação precária, o que levou ao grande aumento da rubrica do pessoal. Contudo, as receitas mantiveram-se. Aquando da integração dos trabalhadores precários, os Senhores Vereadores congratularam-se, agora vêm criticar. Relativamente ao equilíbrio do orçamento, no que respeita à iluminação pública, abrimos um concurso para aumentar e melhorar a eficiência energética, como os Senhores Vereadores bem sabem. Recentemente recebemos o Visto Prévio do Tribunal de Contas, e espero que o processo decorra normalmente nos termos legais, cumprindo os prazos normais, pois, como sabem por vezes há alguns atrasos. Dá a ideia que vocês não sabem como é que isto funciona. É verdade, deixem-me dizer, não sabem efetivamente, porque nunca o fizeram. E como nunca o fizeram, não sabem que as obras demoram muito tempo, por exemplo, as obras na Alameda Teixeira de Pascoaes, que recentemente foi apresentado

um anteprojecto, oportunamente, será apresentado o projeto final, e os Senhores Vereadores já querem a execução da obra. Aliás fizeram, mas foi há vinte e tal anos, mas não concretizaram. Estejam descansados que vamos executar as obras com que nos comprometemos, apesar de algumas estarem ligeiramente atrasadas, mas da lista que vos enviei e que estão em execução, como por exemplo, a Casa da Cadeia está concluída e está no processo de entrega final; Amarante tem Sangue Azul está na parte final da intervenção; já começou a Reabilitação do Bairro Cancela de Abreu, bem como, a Reabilitação do Cineteatro de Amarante; a Reabilitação dos Regadios apesar de ter o processo aprovado e validado, ainda não avançou, por motivos que nos são alheios e que decorrem de imperativos legais; a Escola Básica de Figueiró e a Escola Básica de Mancelos estão concluídos os procedimentos, tendo já Visto Prévio do Tribunal de Contas; já se iniciaram as obras Escola Básica 2/3 de Amarante; o processo relativo à recuperação do Solar de Magalhães está concluído, vamos avançar com o concurso, apesar do constrangimento que surgiu no IFFRU, que nos impossibilitou de levar o processo à última Assembleia Municipal, processo que ainda aguardará pelo Visto Prévio do Tribunal de Contas, espero que a obra se inicie no próximo ano; já começou a intervenção no PAMUS, com alguns dos projetos apresentados, a candidatura relativa às piscinas está aprovada; entre outras. Enfim, os processos por vezes demoram mais tempo do que o que desejamos, mas as coisas estão a andar e a ser executadas. Sobre o Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Amadeo Souza-Cardoso, o processo está completo e já possuímos o Visto Prévio do Tribunal de Contas, em breve abriremos o concurso para a empreitada. Contudo, há outros processos que vão demorar um pouco mais, e se por um lado dizem que é muita obra, porque é de facto, por outro lado, dizem que devo acrescentar mais 20.000.000,00€ a este projeto para aquilo que acabaram de dizer. Há-de ser acrescentado depois deste terminar e depois de termos as validações das entidades competentes, para poder avançar com outros projetos. No que concerne à inscrição de algumas rúbricas onde constam valores residuais, a sua existência permite-nos aceder a eventuais verbas que surjam.”-----

----- A Senhora Vereadora Lucinda Fonseca referiu: – “As AEC’s têm sido uma preocupação, não só pelo tipo de vínculo que estes professores têm tido ao longo dos últimos anos, mas porque percebermos o valioso contributo destes professores, numa competência que é do Ministério da Educação, mas como este tipo de contrato conseguimos dar-lhes um pouco mais, do que aquilo que eventualmente, o Ministério da



Educação lhes daria. A relação tem sido profícua e por isso mantemos este processo conosco. O processo de delegação de competências iniciar-se-á agora e espera-se que esteja concluído no próximo ano, pelo que seria de todo imprudente, pensar-se noutra tipo de vínculo com estes professores. Em relação aos contratos com o IEFP, entendemos que os contratos de emprego e inserção são uma responsabilidade social, e conforme assumimos anteriormente, continuaremos a fazê-lo nessa lógica, de não necessidade permanente. Como sabem, a maior parte desse tipo de contratos, visa satisfazer as necessidades das escolas, porque a nossa responsabilidade no que respeita aos recursos humanos nas escolas, está mais do que assegurada, aliás superamos as exigências de pessoal afeto ao setor da educação. Sabemos que as escolas não têm tido resposta às solicitações que têm feito junto do Ministério da Educação, e é verdade, temo-nos vindo a substituir ao Ministério da Educação, porque a nossa grande prioridade continuam a ser as nossas crianças e a educação. A educação continua a ser umas das nossas grandes prioridades, daí aceitarmos essa delegação de competências. Não seria lógica incorporar no nosso Mapa de Pessoal, recursos humanos identificados como estando em falta no Ministério da Educação, o qual deveria defender aquilo que aclama, em termos de regalias e de direitos dos seus colaboradores. Continuaremos a fazê-lo e a substituírmo-nos ao Ministério da Educação, sem ser ressarcidos por isso. Oportunamente, após a finalização do processo de delegação de competências, possivelmente não será necessário recorrermos aos contratos de emprego e inserção, mas como mencionei anteriormente, vemos esses contratos como uma forma de integração dessas pessoas na sociedade, as quais recebem o rendimento social de inserção ou o subsídio de desemprego – faz parte de uma política social. Acreditamos na bondade do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social quando criou essas medidas sociais. Relativamente ao Engenheiro Industrial, não se trata de uma integração, mas sim, de uma deslocação de um técnico, da *InvestAmarante* para DCPA. Sobre os novos a criar, resulta da articulação entre a DARH e todas as Unidades Orgânicas, resultante do levantamento das necessidades efetuado pela respetivas chefias, após devida avaliação. Sobre as entradas e saídas, julgo que as mesmas são bem claras, conforme consta da nota justificativa. No que respeita ao lugar para o arquiteto, resulta de uma necessidade que tem vindo a ser apontada pela UEV há bastante tempo, porque o único Técnico Superior daquela unidade orgânica, é a Chefe da UEV, a Senhora Arqt.<sup>a</sup> Ana Carvalho.”-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente disse: – “Estamos a analisar o Orçamento Municipal para 2020 e é sobre isso que estamos a falar, designadamente as novas competências que aí vêm para 2020, portanto, há algo que ficou por perceber. Foi aceite a delegação de competências para 2020, e foi nesse pressuposto que fizemos esta avaliação. Quando faz a referência às AEC’s, que era imprudente, nós podemos ter avaliado isso como se fosse um dado adquirido e que já estava enquadrado. Limitamo-nos a analisar os documentos que nos são disponibilizados.”-----

----- O Senhor Presidente esclareceu que a delegação de competências na área da educação iniciar-se-á em setembro de 2020, aquando do início do novo ano letivo e abrangerá apenas o pessoal não docente. Acrescentou que a delegação das restantes competências terá efeitos em janeiro de 2020.-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente disse: – “Senhor Presidente sobre a afirmação que proferiu de que dá a ideia que nunca esteve na política, não vou fazer referências que são mais do que elementares, basta o Senhor Presidente nos seus próprios relatórios que disponibilizou no *site* do Município, no que respeita às receitas provenientes das transferências do Orçamento de Estado e aos impostos, e o Senhor Presidente vê como é falso tudo aquilo que afirmou sobre a diminuição dessas receitas.”

----- O Senhor Presidente esclareceu: – “Devemos ter em conta a inflação, bem como os cortes que se verificaram a montante, durante o período em que a Senhora Vereadora estava no Executivo. Como bem se recorda, ficamos até ao início deste ano, sem esse dinheiro, verba que é considerável.”-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente disse: – “Se o Senhor Presidente tivesse dito isso no início da discussão ou se tivesse feito a referência aos aumentos exponenciais daquelas que são as responsabilidades do Município e muitas vezes, em substituições, que não são de hoje, mas sim, de há décadas relativamente à administração central e, que se vão continuar a repercutir no futuro, e que são uma realidade que os municípios não poderão continuar a dizer que querem as competências e depois dizerem que não têm meios. Esta será sempre uma realidade, o Estado apenas delegará as competências que lhe cria constrangimentos, seja ele mais à esquerda ou mais à direita, a realidade é esta. Por outro lado, há um dado que é certo, os municípios desempenham melhor essa função, por uma simples razão, a proximidade. Mas também porque estão cada vez mais e melhor apetrechados do que estavam no passado, apesar

das dificuldades iniciais. Os municípios e os portugueses têm esta capacidade de adaptação e de se ajustar. Agora, não é verdade a referência à diminuição das receitas, e no caso de Amarante tem aumentado e aumentado muito. Nós não podemos aceitar que o Senhor Presidente continue com o discurso, de que o Partido Socialista não fez rigorosamente nada. O Partido Socialista fez, e fez muito neste concelho. Mais, a este propósito, apenas lhe vou sugerir reunirmo-nos num equipamento municipal que o Senhor Presidente tenha construído em Amarante, da sua única e inteira responsabilidade. É o nosso desafio. Por último, o argumento da taxa turística não colhe aqui Senhor Presidente. Sobre a taxa turística, o Senhor Presidente só a recebe, se decidir lançá-la, tem de ter a rubrica aberta, caso não decida lançá-la, não precisa de ter a rubrica aberta. E primeiramente, deverá ser criada essa taxa.”-----

----- O Senhor Presidente respondeu: – “Recentemente numa reunião da CIM-TS foi abordada a possibilidade de ser criada uma taxa turística na CIM-TS. Não quer dizer que terá acolhimento, é uma proposta que está em estudo, para uniformizar as diversas taxas e procedimentos existentes na região. Hoje estão reunidos na CIM-TS para tentar uniformizar alguns procedimentos e definir como serão distribuídos os próximos quadros comunitários. A abertura desta e de outras rubricas decorre de imperativos legais, para a eventualidade de termos de a cobrar, por exemplo, nos passeios de charrete. Não fui eu que mandei abrir esta rubrica, quando der essas indicações, eu assumo. *Não temos nada na manga*, para criar esta taxa.”-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente disse: – “Nós assumimos que o documento é da sua responsabilidade.”-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara de 28 de outubro de 2019 e agir em conformidade. Mais deliberou, por unanimidade, a Câmara, submeter à Assembleia Municipal para aprovação. Votaram contra os Senhores Vereadores do Partido Socialista, nos termos da seguinte declaração de voto:-----

“O orçamento municipal é, ao lado dos documentos de prestação de contas, o documento político por excelência, pois nele devem constar as principais linhas orientadoras do desenvolvimento protagonizado para o concelho.

### **Ponto Prévio**



Há exatamente um ano atrás os Vereadores do Partido Socialista solicitaram, para poderem analisar convenientemente este documento, dada a sua dimensão e importância, que no mínimo o mesmo nos fosse remetido com uma semana de antecedência.

Não só isso não aconteceu, como, com a alteração da data da reunião solicitada pelo Senhor Presidente de Câmara, a que os Vereadores do Partido Socialista, sem perceberem que se trataria para discutir o orçamento, acederam, tão pouco tiveram, como é normal, o fim-de-semana para o analisar.

Acresce que, tal como sempre defenderam e registaram no ano passado, os Senhores presidentes de junta e os próprios vereadores do Partido Socialista deveriam ter uma maior participação na sua elaboração, de forma a contribuir e melhorar o documento.

Ora, volvido mais de um ano, mesmo após na última Assembleia municipal o Senhor Presidente de Câmara ter apregoado ser o Homem do diálogo constante, de dialogar com todos, presidentes de junta incluídos, eis que os eleitos do PS são confrontados com um orçamento sem qualquer participação dos eleitos, pelo menos do Partido Socialista. De resto, ao contrário do ali afirmado nenhum eleito do Partido Socialista foi convocado para reunir e discutir as prioridades da sua freguesia.

À comunicação ou e-mail datado de 26/10/2019 a solicitar aos Presidente de Junta a validação das prioridades identificadas em 2017 é em si revelador não só da forma como a Coligação Afirmar Amarante executou os investimentos prioritários nas freguesias do concelho, como manifesta desrespeito institucional para com aqueles eleitos, **o que por si só merece o nosso repúdio.**

Mas tomar como base de partida as prioridades então apontadas pelos Presidente de Junta em 2017 é igualmente revelador do desnorte desta Coligação: não só não executou os investimentos prioritários indicados pelas freguesias para 2017 como tão pouco conhece que algumas dessas obras, porque prioritárias, já estão executadas pelas juntas de freguesia, mas ainda assim constam como investimentos a executar pelo município em 2020.

Não podem os vereadores do Partido Socialista deixar de lamentar a falta de diálogo prévio com os vereadores do Partido Socialista que ao longo de todo o mandato tem manifestado colaboração para com o executivo em funções, muitas das vezes colaborando e melhorando as propostas em discussão. Esta ausência de prévia

concertação é bom exemplo da alegada política de diálogo e colaboração que o Senhor Presidente tanto apregoa.

### **Quanto ao orçamento**

Este ciclo, que já vai a meio, apresenta-se como “mais do mesmo”, continuando a afirmar-se rigor, transparência e prudência mas continua a proliferar a *opacidade e falta de informação* sobre as reais atividades e projetos a desenvolver.

Não se percebe qual o rumo, qual a estratégia a seguir, que não passe por recorrer a fundos comunitários e a empréstimos à Banca.

Há exatamente um ano atrás criticávamos o orçamento apresentado de 40 milhões por o consideramos demasiado empolado.

Os documentos de prestação de contas vieram a dar-nos razão já que as receitas cobradas atingiram apenas os 30 milhões (os 36 milhões já incluem o saldo de gerência transitado).

Este ano o Senhor Presidente brinda-nos com um orçamento superior a 50 milhões de euros!!!! Que dizer?

Para conseguir alcançar tal receita o Município de Amarante no ano de 2020 estima obter quase 11, 5 milhões de fundos comunitários.

Ora, no ano passado o Município estimava receber de fundos comunitários cerca de 2,5 milhões, sendo certo que apresentou candidaturas de 24 milhões (Portugal 2020, PARU, PAMUS, Norte 2020, POSEUR,...) mas de facto apenas recebeu 334 mil euros, como consta do Documento de Prestação de Contas do Ano de 2018.

Naturalmente que até pela experiência de anos anteriores, não acreditamos nos 11,5 milhões prometidos para a ano que se avizinha.

Mas para atingir uma receita de 50 milhões o município prevê ainda, mais uma vez, recorrer a empréstimos: desta feita quase 9 milhões de euros de empréstimos a médio e longo prazo, a que acrescem mais 1 milhão de empréstimo a curto prazo.

A este propósito entendemos mais uma vez dever referir a constante utilização desta fonte de financiamento, seja para obras prioritárias, seja para obras não prioritárias.

Bem a propósito, do anuário financeiro dos municípios portugueses conhecido ontem relativo ao ano de 2018, o Município de Amarante é referido como o 12.º município com maior diferença negativa entre o valor de amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos, o que merece a nossa preocupação.

De resto, como referimos o Município não dispõe de um único cêntimo de recurso próprios para executar estes investimento e bem assim os projetos que lhes estão associados; tudo é objeto de financiamento.

Convém recordar que o montante atualmente contratado é **de 29.152.573,57€**, dos quais estão já utilizados 20.779.414,68€ o que nos leva a questionar se o recurso a estes novos empréstimos cumprirá o limite do endividamento?

E ainda se o Município terá condições financeiras para os assumir?

Mas, o município prevê ainda, lado a lado com os aumentos dos impostos, designadamente, lançamento da derrama, com a não devolução de IRS e com a eliminação da cláusula do IMI familiar, lançar novas taxas, qual sejam taxa turística, taxa de gestão de resíduos.

Estas taxas não foram até à data objeto de qualquer discussão ou informação, e isto, pese embora os esclarecimentos prestados hoje em reunião pelo Senhor Presidente da Câmara.

Resulta ainda do orçamento que o Município vai aumentar a taxa de resíduos sólidos já que em 2018 a receita obtida foi de 1,016 milhões e agora estima-se o seu aumento para 1.3 milhões.

#### **No que respeita ao orçamento da despesa**

Estima o Senhor Presidente de Câmara que as despesas correntes atinjam o montante de 26 milhões de euros, sendo certo que tal implica um aumento de quase 3 milhões, quando comparado com as contas apreciadas em abril deste ano. Para tal aumento contribui o aumento exponencial de quase 2 milhões de euros nas despesas com pessoal, que se estimam atingir os 11,5 milhões de euros, quando em 2018 atingiram os 9,9 milhões.



Pese embora fosse previsível uma redução significativa nos gastos de iluminação pública, a verdade é que a mesma aumenta de 1,2 milhões para 1,4 milhões.

Ao lado do aumento das despesas com pessoal continua o município a recorrer frequentemente a contratos a termo, a contratos emprego com IEFP e a contratos de avenças.

Paralelamente continua a estimar gastar em trabalhos especializados 2,294 milhões a que acrescem mais 300 mil em estudos e projetos e mais 300 mil em assistência técnica.

Por sua vez, as despesas de capital cifram-se em 24,2 milhões abaixo das despesas correntes, mas duplicam em relação ao ano anterior.

Mais uma vez e à semelhança de anos anteriores o montante a atribuir ao movimento associativo é superior ao montante a atribuir as juntas de freguesia, sendo que o destas últimas quando comparado com o de 2018 diminui de 1,315 milhões para 1,231 milhões.

A inexistência de qualquer regulamento para atribuição da maioria dos subsídios propostos, e o valor que representam, merece o nosso repúdio, o que vimos constantemente a referir, recordando, por isso, mais uma vez a necessidade de ser elaborado um regulamento de apoio ao associativismo, a semelhança do que existe para o movimento desportivo.

### **Quanto às GOP**

Não vislumbramos o necessário e urgente investimento em segurança e intervenção na rede rodoviária municipal, alguma a necessitar de urgentes intervenções, de que são apenas exemplos: intervenção na EN 15 desde Ponte Pego até aos Armazéns, o e desde a rotunda da Vinha até Padronelo.

Não podemos deixar de lamentar o continuo adiamento de uma obra que merecia ser das primeiras a ser executada - Estrada Municipal 754 que liga Vila Chã de Baixo a Vila Chã de Cima!!

Permanecem adiadas algumas das grandes promessas eleitorais da Coligação PSD/CDS, de que são exemplo:

Parque da cidade, Ponte Pedonal, Alameda Teixeira de Pascoaes, Pavilhão multiusos, Novas piscinas de Amarante, Pavilhão municipal em Vila Meã. Deste último, tão pouco temos informação sobre a sua localização ou tão pouco se o projeto a executar é o mesmo.

Não podemos deixar de registar que ainda hoje, dia 31.10.2019, vamos discutir o ponto 2 que hoje vamos discutir: a celebração de contratos de cooperação com algumas juntas de freguesias previstos que deveriam ser executados durante o ano 2019 e que apenas agora, no final do ano, se vão iniciar esses contratos.

Não podemos deixar de referir que continuam assim a proliferar, com montantes avultados as rúbricas: *outros, outras, diversos, diversas...*, o que associada à realização de obras/empreitadas com recurso constante ao ajuste direito, no limite do seu valor, associada às delegações de competências no Senhor Presidente da Câmara, permitem facilmente concluir a falta de rigor, transparência e a discricionariedade com que tais rúbricas serão esgotadas.

Continuamos a assistir à abertura de rúbricas, com verbas irrisórias, que permitem desde já antever a manutenção das sucessivas e avultadas alterações orçamentais, que foram uma constante no anterior ciclo eleitoral autárquico e, bem assim a incerteza sobre a sua real materialização.

Não podemos deixar de registar que nos dois últimos anos registamos positivamente a intenção concretização da obra do Gimnodesportivo da EB Amadeo Souza-Cardoso. Porém, ainda tão pouco se iniciaram as obras.

Acresce, que apesar de há mais de um ano, o Senhor Vereador do pelouro ter dado uma entrevista onde afirmava a construção da Zona Industrial de Aboadela, a verdade é que ainda hoje, tal continua ser uma miragem.

Acresce ainda que, apesar de alguns Presidentes de Junta terem manifestado a intenção de pretenderem protocolos nos termos anteriormente referidos e do Senhor Presidente de Câmara ter afirmado, inclusive na última Assembleia Municipal que os Presidentes de Junta poderiam escolher sobre a realização de protocolos, a verdade é que tal não foi objeto de previamente negociação com os Senhores Presidentes de Junta.

## **Mapa de pessoal**

Esta rúbrica tem vindo constantemente a ser aumentada, sendo que registamos de forma negativa a intenção de contratar mais um arquiteto, um engenheiro e um economista/gestor sem qualquer explicação fundamentada.

**Conclusão:**

O orçamento que agora discutimos é da inteira responsabilidade do PSD/CDS que governa o Município de Amarante, não tendo tido qualquer participação dos eleitos do Partido Socialista, sendo certo que no ano passado demos o benefício da dúvida, na esperança que a coligação PSD CDS cumprisse o seu próprio orçamento, este ano, entendemos, por todas as críticas que deixamos supra, que não podemos pactuar mais com esta forma de gerir o Município.

Por isso votamos contra.

Amarante, 31 de outubro de 2019

Os vereadores do Partido Socialista

*Octávia Clemente*

*Raimundo Carvalho*

*Nuno Queirós*

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO** – Deliberação n.º 530/2019 – **Contrato de Cooperação com Juntas de Freguesia – Aprovação de minuta e autorização de celebração** – Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara – (Registo n.º 8855/2019/10/28).-----

“Decorrente dos Documentos Previsionais de 2019, consta a celebração de contrato de cooperação a estabelecer com:

- União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, para *Pavimentação do Caminho da Lama - 1.ª Fase (Sanche)*, e cuja respetiva minuta se anexa à presente proposta;



- União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, para Remodelação de *Parque Infantil da EBI Campo de Vilar (Sanche)*, e cuja respetiva minuta se anexa à presente proposta;
- União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei, para *Remodelação da Ex-EB 1 de Travanca do Monte*, e cuja respetiva minuta se anexa à presente proposta;
- Junta de Freguesia de Candemil, para *Reparação do telhado dos balneários do Campo de Jogos de Candemil*, e cuja respetiva minuta se anexa à presente proposta;
- Junta de Freguesia de Vila Meã, para *Repavimentação da Rua do Fontanário de Pinheiro, com drenagem de águas pluviais (Ataíde)*, e cuja respetiva minuta se anexa à presente proposta;
- União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo, para *Remodelação do Beco da Eira de Cima (Freixo de Cima)*, e cuja respetiva minuta se anexa à presente proposta;
- União de Freguesias de Olo e Canadelo, para *Pavimentação do Caminho de Campochão – 1ª Fase (Olo)*, e cuja respetiva minuta se anexa à presente proposta;
- União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa, para *Arranjo Urbanístico, na envolvente ao cemitério de Vila Garcia com a Rua do Barral*, e cuja respetiva minuta se anexa à presente proposta.

Assim, proponho que a Exma. Câmara delibere aprovar as minutas de contrato de cooperação em anexo e autorizar a sua celebração.

Paços do Município de Amarante, 28 de outubro de 2019.

*O Presidente da Câmara,*

*José Luís Gaspar Jorge”*

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente disse registar o início tardio dos contratos de cooperação.-----

----- O Senhor Presidente não aceitou a crítica, porque foi precisamente ao contrário, pois foi o Município quem solicitou que se acelerasse o procedimento.-----

----- A Senhora Vereadora Octávia Clemente referiu que os Senhores Vereadores do Partido Socialista limitam-se a analisar os documentos que lhes são apresentados.-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, de 28 de outubro de 2019 e agir em conformidade. Mais deliberou, por unanimidade, a Câmara, conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para subscrever os contratos de cooperação.-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO** – Deliberação n.º 531/2019 – **Atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas de Amarante** – Ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara – (Registo n.º 26820/2019/10/16).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, de 23 de outubro de 2019.-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO** – Deliberação n.º 532/2019 – **Atribuição de verba para aquisição de material escolar aos alunos detentores do 1.º, 2.º e 3.º escalão da Ação Social Escolar (ASE), residentes e a frequentar o 10.º ano de escolaridade no concelho de Amarante – atualização** – Proposta subscrita pelo Senhor Vereador António Ribeiro – (Registo n.º 8764/2019/10/24).-----

“1

O acesso à educação, tal como preconiza a Constituição Portuguesa, é um direito que assiste a todos os cidadãos nacionais.

Cabe ao governo da república e aos demais agentes políticos, nomeadamente às autarquias, promover as condições para que as crianças e jovens acedam à oferta educativa desde a educação pré-escolar até ao ensino universitário, em igualdade de oportunidades.

O atual sistema educativo português determina a frequência obrigatória dos nossos jovens até ao 12.º ano de escolaridade.

## II

O Município de Amarante tem vindo a concretizar medidas de índole municipal para colmatar ou minimizar situações que possam influenciar negativamente o sucesso escolar.

Nos anos letivos anteriores, o município atribuiu uma verba destinada aos alunos detentores do 1.º, 2.º e 3.º escalões do abono de família e a frequentar o 10.º ano de escolaridade.

## III

Face ao exposto, proponho:

Nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e uma vez que as Escolas, mais uma vez, identificaram os alunos constantes no Mapa em anexo, proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir uma verba aos alunos residentes e a frequentar o 10º ano de escolaridade das escolas públicas e privadas do concelho de Amarante, como se indica:

- a) A atribuição de uma verba de 100€ a cada aluno detentor do 1.º escalão da ASE;
- b) A atribuição de uma verba de 75€ a cada aluno detentor do 2.º escalão da ASE;
- c) A atribuição de uma verba de 50€ a cada aluno detentor do 3.º escalão da ASE.

O custo estimado para esta medida é de 525,00€.

A despesa encontra dotação orçamental na rúbrica 2019-A/25.

Paços do Município de Amarante, 28 de outubro de 2019

*O Vereador*

*António Ribeiro”*

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta subscrita pelo Senhor Vereador António Ribeiro, de 28 de outubro de 2019 e agir em conformidade.-----



----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO** – Deliberação n.º 533/2019 – **Atribuição de apoio financeiro às Associações/Coletividades** – Proposta subscrita pelo Senhor Vereador António Ribeiro – (Registo n.º 8844/2019/10/28).-----

“O movimento associativo e cooperativo representa na nossa sociedade, uma força fundamental para a elaboração e desenvolvimento de projetos nas áreas culturais, sociais e recreativas.

O concelho de Amarante regista uma atividade assinalável da atividade deste movimento não lucrativo, sendo prova disso a atividade desenvolvida por diversas coletividades do nosso território e que, pelo impacto que geram, merecem o apoio efetivo por parte dos diversos agentes sociais e, em particular, do Município de Amarante.

Em baixo estão identificadas as coletividades que solicitaram, à Autarquia, apoio financeiro para o corrente ano de 2019.

Tem cabimento na rubrica A-35/2019.

Pelo facto da natureza das atividades dessas associações, fazer com que as mesmas não sejam apoiadas ao abrigo do regulamento municipal em vigor, proponho que, nos termos do artigo 33.º, n.º1, al. u), do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12/9, seja atribuído um subsídio nos valores da listagem em baixo, às referidas associações.

Associações/Coletividades	Valor de apoio
BICIMARANTE	450,00 €
Clube de Pesca de Amarante	2.400,00 €
Centro Cultural e Recreativo de Bustelo	500,00 €
Associação Cicloturismo de Figueiró	500,00 €
Centro Columbófilo de Vila Meã	500,00 €
Centro Columbófilo de Amarante	500,00 €
Associação Desportivo de Vilarinho	450,00 €

Paços do Município de Amarante, 28 de outubro de 2019.

*O Vereador do Desporto*

*António Ribeiro”*

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta subscrita pelo Senhor Vereador António Ribeiro, de 28 de outubro de 2019 e agir em conformidade.-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO** – Deliberação n.º 534/2019 – **Renovação do prazo de concessão do direito de superfície sobre prédio com a Bem-Estar – Associação de Solidariedade Social de Gondar, IPSS** – Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Adriano Santos – (Registo n.º 26671/2019/10/15).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta subscrita pelo Senhor Vereador Adriano Santos, de 28 de outubro de 2019 e agir em conformidade. Mais deliberou, por unanimidade, a Câmara, conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para subscrever o contrato.-----

----- **AÇÃO SOCIAL** – Deliberação n.º 535/2019 – **Fundo Municipal de Emergência Social** – Candidatura – (Registo n.º 8308/2019/10/10).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos e de acordo com os pareceres técnicos da DDCCS, de 10 e 14 de outubro de 2019 e da proposta da Senhora Vereadora Lucinda Fonseca, desta última data, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **AÇÃO SOCIAL** – Deliberação n.º 536/2019 – **Fundo Municipal de Emergência Social** – Candidatura – (Registo n.º 8368/2019/10/11).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos e de acordo com os pareceres técnicos da DDCCS, de 11 e 14 de outubro de 2019 e da proposta da Senhora Vereadora Lucinda Fonseca, desta última data, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **AÇÃO SOCIAL** – Deliberação n.º 537/2019 – **Fundo Municipal de Emergência Social** – Candidatura – (Registo n.º 8490/2019/10/16).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos e de acordo com os pareceres técnicos da DDCS, de 16 e 18 de outubro de 2019 e da proposta da Senhora Vereadora Lucinda Fonseca, desta última data, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **AÇÃO SOCIAL** – Deliberação n.º 538/2019 – **Fundo Municipal de Emergência Social** – Candidatura – (Registo n.º 8674/2019/10/22).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos e de acordo com os pareceres técnicos da DDCS, de 22 e 23 de outubro de 2019 e da proposta da Senhora Vereadora Lucinda Fonseca, desta última data, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **AÇÃO SOCIAL** – Deliberação n.º 539/2019 – **Fundo Municipal de Emergência Social** – Candidatura – (Registo n.º 8737/2019/10/23).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos e de acordo com os pareceres técnicos da DDCS e da proposta da Senhora Vereadora Lucinda Fonseca, de 23 de outubro de 2019, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **AÇÃO SOCIAL** – Deliberação n.º 540/2019 – **Subsídio ao Arrendamento** – Candidatura – (Registo n.º 8542/2019/10/18).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos e de acordo com os pareceres técnicos da DDCS, de 18 e 21 de outubro de 2019 e da proposta da Senhora Vereadora Lucinda Fonseca, desta última data, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **AÇÃO SOCIAL** – Deliberação n.º 541/2019 – **Subsídio ao Arrendamento** – Candidatura – (Registo n.º 8595/2019/10/18).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos e de acordo com os pareceres técnicos da DDCS, de 18 e 21 de outubro de 2019 e da proposta da Senhora Vereadora Lucinda Fonseca, desta última data, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **AÇÃO SOCIAL** – Deliberação n.º 542/2019 – **Subsídio ao Arrendamento** – Candidatura – (Registo n.º 8620/2019/10/21).-----



----- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos e de acordo com os pareceres técnicos da DDCS e da proposta da Senhora Vereadora Lucinda Fonseca, de 21 de outubro de 2019, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

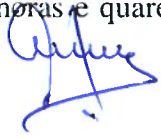
----- **TRÂNSITO** – Deliberação n.º 543/2019 – **Regulamento de Trânsito da Cidade de Amarante** – Restrição temporária – Abate de árvores – Ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara – (Registo n.º 8589/2019/10/18).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, de 22 de outubro de 2019.-----

----- **TOPONÍMIA** – Deliberação n.º 544/2019 – **Aprovação de Topónimos** – Freguesia de Vila Caiz – (Registo n.º 18747/2019/07/30).-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os topónimos propostos para a Freguesia de Vila Caiz, nos termos e de acordo com os pareceres técnicos da DPGT, de 18 e 21 de outubro de 2019, e da proposta da Senhora Vereadora Rita Marinho Batista, desta última data, que se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- As deliberações tomadas foram aprovadas em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Exmo. Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram doze horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu  Secretário a subscrevo e assino.-----

